



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
QUARTA TURMA RECURSAL - PROJUDI**

PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01, SALVADOR - BA
ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br - Tel.: 71 3372-7460

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Recurso nº 0032088-78.2020.8.05.0001

Processo nº 0032088-78.2020.8.05.0001

Recorrente(s):

SOCIEDADE ASSISTENCIAL E CULTURAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - SAC

Recorrido(s):

JANALDO BATISTA DA SILVA

EMENTA

RECURSO INOMINADO. PRESSUPOSTOS RECURSAIS ATENDIDOS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DO INDÉBITO, TUTELA ANTECIPADA, REVISIONAL DE CONTRATO. PARTE AUTORA ALEGA QUE CONTRATOU EMPRÉSTIMO JUNTO A ACIONADA E QUE FOI FEITA SUA FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO, SEM SEU CONSENTIMENTO, O QUE GEROU COBRANÇA INDEVIDA. ACIONADA PRODUZIU UM FARTO LASTRO PROBATÓRIO QUE COMPROVA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO E A EXIGIBILIDADE DO DÉBITO. PARTE RÉ COLACIONOU AOS AUTOS AS SOLICITAÇÕES DE AUXÍLIO FINANCEIRO, OS TERMOS DE FILIAÇÃO E AS DECLARAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO DAS INDIGITADAS

MENSALIDADES TODOS DEVIDAMENTE ASSINADOS (EVENTO 53.2). SENTENÇA REFORMADA PARA JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Presentes as condições de admissibilidade do recurso, dele conheço

Afirma o autor que, embora tenha firmado contrato de empréstimo junto à requerida, após a regular quitação de todas as parcelas, esta promoveu prática abusiva, acrescentando parcelas de forma unilateral ao contrato, justamente em momento próximo à quitação por parte do autor, sob a rubrica de contrato acessório que nunca foi contratado voluntariamente pelo autor. Tudo isso, além de ter promovido prática leonina nas cobranças indevidas em questão.

Aduz que buscou solucionar a questão administrativamente, contudo, sem sucesso, pelo que requer a declaração de nulidade do contrato superveniente em questão; a liberação imediata da reserva de margem consignável e suspensão dos descontos na folha de pagamento do benefício do requerente; a devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados; além da indenização pelos danos morais suportados.

A acionada contestou a ação no evento 53 do PROJUDI, suscitando preliminar. No mérito, aduziu inexistência de ato ilícito, alegando regularidade na cobrança. Pugnou pela total improcedência dos pedidos.

Irresignada, a parte ré interpôs recurso inominado nos seguintes termos:

“Isto posto **JULGO PROCEDENTES** os pedidos autorais, para:

- A. DECLARAR a abusividade das cobranças discutidas em exordial, impostas unilateralmente e em desrespeito aos princípios da informação e transparência, pela requerida;
- B. DECLARAR a inexigibilidade do débito discutido nos autos, no que tange às parcelas indevidamente acrescentadas na relação jurídica travada entre as partes;
- C. DECLARAR quitado o contrato firmado entre as partes;

D. CONDENAR a requerida a pagar ao autor o valor de **R\$ 5.719,12 (cinco mil setecentos e dezenove reais e doze centavos)**, já com a dobra legal, nos termos do artigo 42, do CDC, a título de dano material, devendo incidir juros, na taxa de 1% ao mês, contados a partir da citação (art. 405 do CC), e correção monetária (pelo INPC) a partir do evento danoso (desembolso);

E. Condenar o banco acionado a indenizar a parte autora, a título de danos morais, no montante de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, valor este que deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da sentença, consoante enunciado 362 do STJ, e juros legais a contar do evento danoso (Súmula 54 do STJ)."

Preliminar já afastada pelo juízo sentenciante, cuja fundamentação adoto. Passo ao exame de mérito.

O exame dos autos autoriza o acolhimento do recurso.

A despeito da promovente argumentar que foi associada sem seu consentimento e consequentemente cobrada de forma indevida por mensalidade respectiva, aferindo o arcabouço probatório, constata-se que o promovido colacionou aos autos as solicitações de auxílio financeiro, os termos de filiação e as declarações de autorização de desconto das indigitadas mensalidades todos devidamente assinados (EVENTO 53.2).

Em se tratando de fato do serviço, cabe ao fornecedor comprovar que o defeito inexistente ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiros. No caso em espécie, a empresa demandada junta provas suficientes de fato impeditivo do direito do autor, se desincumbindo dos ônus estabelecidos nos arts. 14 §3 do CDC e 373, inciso II do CPC.

E na oportunidade de se manifestar acerca desses fatos e documentos desconstitutivos, a postulante não negou a sua assinatura e se ateve a afirmar que se trata de venda casada (ev. 27.1).

Percebe-se, portanto, que a parte autora associou-se livremente à associação ré, por conveniência, a fim de usufruir as vantagens que tais entidades sabidamente promovem aos associados, dentre elas a possibilidade de obtenção de empréstimos pessoais a custos reduzidos, em razão de convênios firmados com as instituições financeiras.

Assim, a alegação de venda casada não condiz com a realizada dos fatos, já que as condições diferenciadas obtidas no contrato de empréstimo somente foram possíveis em virtude do vínculo associativo, em uma relação de custo-benefício que não se mostrou excessivamente onerosa ou desleal, sendo devida a contraprestação. Logo, nenhum obstáculo há no sentido da cobrança da taxa de associação.

Nessa toada, conclui-se que não há nos autos elemento a comprovar qualquer vício de consentimento capaz de tornar anulável o negócio jurídico celebrado, nem prova da prática de qualquer ato ilícito imputado à demandada, sendo forçoso reconhecer a improcedência dos pleitos exordiais.

Nesse sentido, é o entendimento desta e de outras Turmas Recursais do TJBA:

RECURSO INOMINADO DA AUTORA. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDAS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA DEFERIDA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. IMPROCEDÊNCIA. A ACIONADA PRODUZIU UM FARTO LASTRO PROBATÓRIO QUE COMPROVA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO E A EXIGIBILIDADE DO DÉBITO. RECURSO CONHECIDO. NEGADO PROVIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELA IMPROCEDÊNCIA TOTAL DOS PEDIDOS DO AUTOR E CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. ACÓRDÃO INTEGRATIVO PROFERIDO NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, COM EXIGIBILIDADE SUSPensa EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. (Classe: Recurso Inominado, Número do Processo: 0008639-76.2020.8.05.0103, Relator(a): MARY ANGELICA SANTOS COELHO, Publicado em: 17/05/2021)

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR REJEITADA. COBRANÇA. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL, POR MEIO DE ASSOCIAÇÃO. PLEITO DE REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA, SOB A ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA, NÃO-CONFIGURAÇÃO. ADOÇÃO DE TAXAS DE JUROS PRIVILEGIADAS E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO DEVEDOR. REFORMA DA SENTENÇA, PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. (2º TURMA RECURSAL - Classe: Recurso Inominado, Número do Processo: 0044401-81, 2014.8.05.0001, Relator(a): JUÍZA ISABELA KRUSCHEWSKY PEDREIRA DA SILVA, Publicado em: 07/05/2015)

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso inominado para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos autorais.

Sem custas e honorários advocatícios em razão do resultado.

Em havendo embargos de declaração, as partes ficam, desde já, cientes de que "quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa", nos termos do § 2º, art. 1.026, CPC.

Em não havendo mais recursos, após o decurso dos prazos recursais, deverá a Secretaria das Turmas Recursais certificar o trânsito em julgado e promover a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem.

Salvador/BA, 08 de junho de 2023.

MARTHA CAVALCANTI SILVA DE OLIVEIRA
JUÍZA DE DIREITO RELATORA

ACÓRDÃO

Realizado o julgamento, a QUARTA Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, composta pelas Juízas de Direito informadas no sistema, decidiu, à unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso , nos termos do voto acima

Salvador/BA, Sala de Sessões, em data informada no sistema

MARY ANGÉLICA SANTOS COELHO

JUÍZA PRESIDENTE

MARTHA CAVALCANTI SILVA DE OLIVEIRA

JUÍZA RELATORA